



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO



PLANO DE CURSO

Centro de Educação, Letras e Artes - CELA

Curso: Licenciatura em Educação Física – 2 período

Disciplina: CELA 007 - Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino III

Créditos: 4-0-0

Pré-requisitos: Não há

Co-requisitos: Não há

Carga Horária: 60h

CH de Acex: Não há

Encontros: 72h/a (18 encontros)

Semestre Letivo/Ano: 2º/2023

Dias/horários de aula: 7h30 a 11h - Quinta-feira

Professor(a): Ms. Paôla Fortunato Cardoso

I- Ementa:

A Educação Básica – Educação Infantil. Ensino Fundamental e Médio – no contexto das políticas educacionais e da legislação de ensino: LDBEN 9394-96, PNE Lei 9224/96-FUNDEF e Legislação estadual do ensino.

II- Objetivos de Ensino

1- Objetivos Gerais

Conhecer o modo de organização da educação brasileira em seus aspectos históricos, políticos, econômicos e culturais, evidenciando a legislação e as políticas educacionais no que se refere aos elementos da educação básica, do financiamento, do currículo e da prática escolar, possibilitando um processo de crítica e reflexão sobre as conquistas, problemas, alternativas e desafios da educação nacional e local.

2- Objetivos Específicos

3.1 Identificar os aspectos históricos que marcam as políticas educacionais no Brasil e os elementos que embasam as discussões em torno dos projetos políticos que fundamentam a estrutura e funcionamento da educação escolar.

3.2 Reconhecer as etapas da educação básica e as modalidades de ensino como mecanismos de garantia do direito à educação pública brasileira.

3.3 Conhecer e analisar as metas do Plano Nacional de Educação, bem como também os principais elementos que configuram a gestão, financiamento e avaliação em contexto educacional brasileiro.

3.4 Refletir acerca do funcionamento da educação no Acre, destacando alguns elementos da legislação educacional e da realidade local.

III- Conteúdos de Ensino

Unidades Temáticas

C/H

Unidade 1- Aspectos históricos, políticos, econômicos e culturais da educação no Brasil

1. Os fundamentos constitucionais da educação.
2. A Reforma do Estado e a Educação.
3. A LDB 9.394/96: determinações, caracterização e princípios organizacionais da educação.
4. Direitos, deveres, princípios e garantias da educação nacional.

18h/a

Unidade 2- Etapas da Educação Básica e modalidades de ensino

1. As determinações da Educação Infantil.
2. O Ensino Fundamental: anos iniciais e anos finais.
3. Ensino Médio: caracterização e o debate sobre sua importância.
4. Educação Especial.
5. Educação de Jovens e Adultos – EJA.
6. Educação Profissional e Tecnológica.
7. Educação à Distância.
8. Educação no/do Campo.
9. Educação Escolar Indígena.
10. Educação Escolar Quilombola.
11. Educação Bilíngue de Surdos.

20h/a

Unidade 3- Política educacional, Financiamento, Gestão, Currículo e Avaliação da Educação

1. Plano Nacional de Educação - PNE;
2. Gestão democrática: dos sistemas de ensino às unidades escolares.
3. Financiamento da Educação no país na perspectiva da legislação educacional.
4. Currículo educacional: macro e microrrelações.
5. Da avaliação em larga escala aos processos de avaliação da aprendizagem.

18h/a

Unidade 4- A educação no estado do Acre

1. A política educacional no Acre e a legislação educacional
2. Plano Estadual de Educação do Acre Decênio 2015-2024.
3. A realidade educacional da região: características, problemas, mudanças e desafios.

16h/a

Total:	72h/a
IV- Metodologia de Ensino	
<p>A metodologia adotada contará com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura dos textos, com procedimentos de destaques de excertos mais significativos para a discussão, visando a apropriação crítica dos princípios e conceitos presentes no material estudado; - Abordagem expositiva/dialogada das temáticas de estudo, mediante utilização dos textos e apresentações com uso do projetor multimídia; exibição de filmes referentes à disciplina, com indagação, problematização, reflexão e sistematização do conteúdo programático. - Orientação para elaboração de resenhas, esquemas, resumos, sínteses, análises críticas e relatórios; estudos dirigidos; seminários; registros escritos sobre os seminários; provas escritas com ou sem consulta, priorizando, a atuação dos discentes nesses processos, visando a manutenção do princípio da preservação da boa qualidade do ensino. 	
V- Recursos Didáticos	
<p>Notebook;</p> <p>Projetor multimídia;</p> <p>Quadro;</p> <p>Pincel;</p> <p>Plataformas digitais;</p> <p>Email institucional: comunicação;</p> <p>Google <i>Classroom</i>: Envio de materiais;</p> <p>Artigos de revista científica;</p> <p>Livros.</p>	
VI- Avaliação da Aprendizagem	
<p>Em cumprimento ao regime acadêmico da UFAC para a composição de N1 e N2 serão utilizados, no mínimo, dois instrumentos de avaliação em cada nota, definidos previamente pela docente .</p> <p>Desse modo, as avaliações ficarão assim distribuídas:</p> <p>N1: Esquema explicativo (1,0 ponto)</p> <ul style="list-style-type: none"> Atividade escrita (3,0 pontos) Seminário (6,0 pontos) <p>N2: Discussão orientada acerca da temática em estudo (3,0 pontos)</p> <ul style="list-style-type: none"> Trabalho individual (3,0 pontos) Síntese (4,0 pontos) 	
VII- Bibliografia	
<p>1- Bibliografia Básica</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino (DIADEN) em Formação/coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).</p> <p>LIMA, Elizabeth Miranda de. Consenso, Dissenso e Trama: A LDB e o novo ordenamento da educação nacional. Rio Branco, AC: Edufac, 2004.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: introdução crítica. São Paulo, Cortez, 1986.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. A Nova Lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea).</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro. <i>A Prática Pedagógica do Professor de Didática</i>. Campinas, São Paulo. Ed. Papirus, 1989.</p> <p>2- Bibliografia Complementar</p> <p>BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.</p> <p>MELO, Lúcia de Fátima. Reformas Educacionais e Gestão Democrática no Estado do Acre: repercussões no trabalho do núcleo gestor da escola. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/FAE, 2010, 356 p.</p> <p>OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.</p> <p>PINTO, José Marcelino dos Reis. Os Recursos para Educação no Brasil no Contexto das Finanças Públicas. Brasília. Plano, 2000.</p> <p>SILVA, Eurides Brito (org.) A Educação Básica Pós-LDB. São Paulo: Pioneira, 2003.</p> <p>3- Bibliografia Sugerida</p> <p>ACRE. Lei n. 3.141, de 22 de julho de 2016. Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública estadual de educação básica do Acre. Disponível em: https://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2016/07/Lei3141.pdf. Acesso em: maio de 2023.</p> <p>_____. Lei nº 2.965, de 02 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2015/07/Lei2965.pdf. Acesso em: maio de 2023.</p> <p>BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</p> <p>BRASIL. Constituição Federal de 1988. República Federativa do Brasil: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.</p> <p>BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: maio de 2023.</p> <p>BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 Março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Seção 1, p. 19. 2008.</p> <p>BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Institui o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: www.planalto.gov.br .</p> <p>BRASIL. Lei Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.</p> <p>BRZEZINSKI, Iria (Org.). LDB dez anos depois: interpretando os diversos olhares. 2. ed. São Paulo: 2008.</p>	

Conselho Estadual de Educação do Acre. Coletânea de normas para a Educação Básica. Acre. 2002.

DAVIES, Nicholas. Fundeb: a redenção da Educação Básica?. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

LIMA, Elizabeth Miranda de. Consenso, Dissenso e Trama: A LDB e o novo ordenamento da educação nacional. Rio Branco, AC: Edufac, 2004.

MELO, Lúcia de Fátima. Reformas Educacionais e Gestão Democrática no Estado do Acre: repercussões no trabalho do núcleo gestor da escola. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/FAE, 2010, 356 p.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.) Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos. Petrópolis-RJ, Vozes, 1997.

PINTO, José Marcelino dos Reis. Os Recursos para Educação no Brasil no Contexto das Finanças Públicas. Brasília. Plano, 2000.

Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/>

VIEIRA, Sofia Lerche. Desejos de Reforma: legislação educacional no Brasil Império e República. Brasília: Liber Livro, 2008.

VIII- Cronograma da Disciplina

Período de realização: 12 de outubro de 2023 a 07 de março de 2024.

Dia e Horário de Execução: 7h30 a 11h (considerando 4h/a por semana, sendo 18 encontros, totalizando 72h/a).

Unidades Temáticas	Início	Término
Unidade 1: Aspectos históricos, políticos, econômicos e culturais da educação no Brasil	12/10/23	26/10/23
Unidade 2: Etapas da Educação Básica e modalidades de ensino	09/11/23	07/12/23
Unidade 3: Política educacional, Financiamento, Gestão, Currículo e Avaliação da Educação	14/12/23	25/01/24
Unidade 4: A educação no estado do Acre	01/02/24	07/03/24
Avaliação da aprendizagem	Data de Realização	
Avaliação 1 - N1 - Esquema explicativo (1,0 ponto)	26/10/23	
Avaliação 2 - N1 - Atividade escrita (3,0 pontos)	16/11/23	
Avaliação 3 - N1 - Seminário (6,0 pontos)	07/12/23	
Avaliação 1 - N2 - Discussão orientada acerca da temática em estudo (3,0 pontos)	21/12/23	
Avaliação 2 - N2 - Trabalho individual (3,0 pontos)	25/01/24	
Avaliação 3 - N2 - Síntese (4,0 pontos)	22/02/24	
Realização da Prova Final	07/03/24	

Aprovação do Colegiado de Curso (Regimento Geral da UFAC, Artigo 70, incisos II). Informar o fundamento regimental de elaboração e aprovação, indicando o dia da reunião do Colegiado de Curso que homologou o Plano de Curso.

Exemplo: Plano de Curso elaborado nos termos do §2º, Art. 243 do Regimento Geral da Ufac, apreciado e homologado pelo Colegiado do Curso, em reunião realizada em de de, conforme estabelecido no Regimento da Ufac, Art. 70, II.

Rio Branco/AC, 28 de setembro de 2023

Professora Paôla Fortunato Cardoso